

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA****Ano económico de 2017**

1. INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS

1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a Certificação Legal das Contas com data 20 de abril de 2018.

1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
- (5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
 - c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas localmente entre 12 a 16 de março de 2018, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões mais relevantes a que chegámos.

2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos assumidos por pagar ascendem a 319.028€ (524.762€ em 2016), pela diferença entre total dos compromissos do exercício e o total de despesa paga no exercício. Assumiram-se ainda compromissos para exercícios futuros de 2.052.122€ (1.524.226€ em 2016) com 1.964.936€ (1.274.005€ em 2016) respeitantes a despesas de capital e 87.185€ (250.220€ em 2016) respeitantes a despesas correntes.

Verificámos ainda que em 31 de dezembro de 2017 a autarquia tem uma capacidade de endividamento de 3.054 milhares de euros, mas de acordo com o artigo 52º nº. 3 b) da Lei 73/2013, o endividamento só pode aumentar em cada exercício 20% da margem disponível no início do ano, isto é 495 mil euros.

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 1.451 mil euros (1.077 mil euros em 2016 e 1.292 mil euros em 2015).

2.2 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Verificámos o mapa de Contratação Administrativa e os procedimentos de contratação abertos em 2017, notando o elevado número de ajustes diretos simplificados para o mesmo fornecedor, o que não pode ser explicado apenas pela polivalência das suas atividades em concelho com relativamente poucos habitantes, pelo que recomendamos que se agrupem os fornecimentos do mesmo tipo para consulta ao mercado.

2.3 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Verificámos o seguinte:

- **Transferências correntes concedidas**

Da reclassificação do mapa 8.3.4.1.2 – Transferências Correntes concedidas – Disposições Legais e Finalidade, resulta o seguinte para os anos de 2017, 2016 e 2015.

Chama-se a atenção para o facto das classificações abaixo não resultarem da contabilidade mas de classificação nossa e pode divergir da classificação da contabilidade.



TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS 2015 a 2017

Classificação	2015	2016	2017
Amigos Animais e Canil	8.400	9.768	9.143
Apoio à Natalidade	11.200	10.700	10.900
Atribuição de Prémio de Mérito			
Bolsa de Estudo	22.059	23.833	26.325
Brinquedos			
Competências	110.000	114.000	114.000
Cultura e Recreio	125.325	116.263	95.255
Desporto	45.998	88.862	177.432
Economia	1.220	2.120	1.220
Festa Religiosa	175.185	167.785	172.305
IPRA_SS Estagios	71.113	77.145	52.632
Pedido de Reembolso de Passagem	4.154	600	756
Solidariedade Social	3.873	9.573	5.673
	578.527	620.649	665.640

O total das transferências aumentou 7% em relação a 2016, tal como já havia acontecido em 2016 em relação a 2015, com o detalhe nas rubricas do mapa.

O valor das transferências para a PRODIB - Festas Religiosas – é o mais significativo com 150.000€, (que foi ainda apoiada em mais 10.000€ para a realização de viagem de idosos à Ilha de Santa Maria), valor que se repete todos os anos para as Festas de Santo Cristo.

Na altura desta auditoria a PRODIB tinha já apresentado contas da utilização dos fundos públicos transferidos pelo Município.

Ainda transferências para outras entidades de 12 mil euros, classificadas como Festas Religiosas.

Seguem-se as Juntas de Freguesia conforme os Protocolos de delegação de competências, com 27.500€ para cada.

3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

3.1 ORÇAMENTAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2017, correspondeu - relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes - às taxas de execução calculadas nos pontos 4.1 e 4.2.

De forma resumida, destaca-se as seguintes taxas de desempenho:

- O índice de realização do orçamento foi de 85,48%, a que correspondeu um montante de 4.817.113,29 €;

- A despesa de capital apresentou um coeficiente de realização de 77,05 %, com um valor de 1.828,853,26 €;

- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de 91,61 %, atingindo um valor de 2.988.260,03 €;

Os documentos que espelham a execução orçamental encontram-se em anexo a este relatório, e são o mapa de Controlo Orçamental da Receita, o mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o mapa de Fluxos de Caixa.

Verificamos que a execução orçamental corrente tem um saldo positivo de 716 mil euros, insuficiente para colmatar a diferença entre Receitas e Despesas de Capital, de 940 mil euros, tendo sido utilizado o saldo de gerência anterior.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2013-2017	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente	3.140.615	3.275.221	3.452.566	3.500.282	3.703.730
Reposições não abatidas	1.465	341	0	0	1.274
Despesa Corrente	2.426.564	2.570.689	2.647.739	2.702.028	2.988.260
Défice(-)/Superavit(+) corrente	715.516	704.873	804.827	798.254	716.744
Receita Capital	1.507.243	1.482.436	416.294	391.332	887.947
Despesa Capital	2.180.598	1.912.382	1.337.670	766.852	1.828.853
Défice(-)/Superavit(+) Capital	-673.355	-429.946	-921.376	-375.520	-940.906
Défice(-)/Superavit(+) corrente e de capital	42.161	274.927	-116.549	422.734	-224.162
Saldo de gerência anterior	50.229	92.390	367.317	250.768	673.502
Saldo gerência acumulado	92.390	367.317	250.768	673.502	449.340

3.2 IMOBILIZADO

3.2.1 Mapa Ativo Bruto

Verificámos os aumentos e os saldos finais do mapa de ativo bruto, (financeiro, corpóreo e de domínio público). Verificou-se um aumento de 1 327 mil euros (431 mil euros em 2016).

EVOLUÇÃO DO ATIVO BRUTO, 2014-2017, Euros e %						
		2015	2016	2017	Em Valor 2017 vs 2016	Em % 2017 vs 2016
41111	ART- Associação Regional de Turismo	15 000	15 000	15 000	-	0%
4113	Empresas privadas ou cooperativas	21 663	21 663	21 663	-	0%
4122	Fundo de Apoio Municipal	242 948	242 948	242 948	0	0%
42	Imobilizações corpóreas	15 161 031	15 480 384	15 849 481	369 097	2%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	713 423	730 946	730 946	0	0%
442030	Campo de Futebol de São Mateus	2 156	-	-	-	0%
44501	Rede Abastecimento de Água	-	-	637 892	637 892	n/a
44502	Rede Viária e Obras Complementares	-	-	6 182	6 182	n/a
44503	Parque Empresarial da Graciosa	-	-	106 829	106 829	n/a
45	Bens de domínio público:	17 128 416	17 224 832	17 432 311	207 479	1%
TOTAIS		33 284 637	33 715 773	35 043 251	1 327 478	4%

Por amostragem, verificámos os suportes das aquisições de 2017, onde avulta o reforço da Rede de Abastecimento de Águas e o investimento no Parque empresarial da Graciosa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos foi de 75% (29% em 2016) e a execução das Atividades mais relevantes de 92% (93% em 2016). A soma de ambos, as Grandes Opções do Plano, foi realizada a 81% (53% em 2016).

3.2.2 Outros Assuntos referentes ao Ativo Bruto

Há a evidência de que parte significativa do Ativo imobilizado do Município não está a ser coberta por seguro adequado, o que se volta a recomendar.

A autarquia corre riscos que podem ser cobertos por valores ao seu alcance.

Parte significativa dos imóveis não estão registados na Conservatória Predial e na matriz predial.

Volta-se a recomendar que sejam efetuados os registos necessários.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição. A sua exploração foi negativa em 2015 (Resultado Líquido negativo de 9.593 €) e positiva em 2016 (Resultado Líquido de 6.821 €). As contas de 2017, ainda não aprovadas pela Assembleia Geral da Empresa, apresentam resultados positivos provisórios (cerca de 3 mil euros)

AJ

3.4 BANCOS

Verificámos as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não tendo nada a assinalar.

Os empréstimos a médio e longo-prazos (Mapa 8.3.6.1.1.) foram confirmados pelos registos do Banco de Portugal.

3.5 ESTADO

A autarquia tem créditos de cerca de 58 mil euros por IVA a reembolsar pelo Estado, cujo pedido de reembolso não foi feito. Em 2016 foi registada uma imparidade de 55 mil euros para a eventualidade de o valor não ser reembolsado, montante que não foi alterado em 2017.

A dívida ao Estado em dezembro de 2017 de 14 mil euros, por retenções e encargos de segurança social foram liquidadas em janeiro de 2018.

Recomenda-se que as contas de IVA liquidado e IVA dedutível sejam separadas pelas taxas de IVA.

3.6 DÍVIDAS A TERCEIROS

O valor em dívida a terceiros é reduzido, cerca de 10 mil euros a que acrescem as dívidas ao Estado pagas em janeiro de 14 mil euros.

O valor em dívida por empréstimos bancários é de 1.451 mil euros, resultado do valor de 2016 (1.077 mil euros) a que acresce o empréstimo de 600 mil euros contraído em 2017 deduzido dos pagamentos feitos como amortização no valor de 226 mil euros.

3.7 DÍVIDAS DE TERCEIROS

O valor das dívidas de terceiros (águas e rendas) é de 81 mil euros, provisionados em 2016 por 55 mil euros, valor não alterado em 2017.

Grande parte da dívida respeita a fornecimento de água não pago em datas recuadas e que não são suscetíveis de execução por se tratar de fornecimentos de bens essenciais com prazo de 6 meses para cobrança. Recomenda-se, por isso, que sejam anuladas as dívidas não cobráveis, com apoio jurídico para a sua formalização.

3.8 PROVEITOS

Os proveitos registados pelo recebimento de transferências do Estado e Impostos foram confrontados com certidões de receita da DROAP e da Direcção de Serviços de Contabilidade do Ministério das Finanças, apresentando os valores em euros a seguir indicados:

Conta	Designação	2016	2017
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	282.053	268.695
72	IMPOSTOS E TAXAS	582.337	737.408
74	TRANSFERÊNCIAS SUBSÍDIOS OBTIDOS	2.856.350	2.929.267
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	67.779	57.882
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	643.430	316.459
	TOTAL RENDIMENTOS	4.413.568	4.309.711

Os totais das certidões e dos registos foram conciliados. Na ótica da contabilidade patrimonial, os proveitos diminuíram cerca de 2% com quebras nas Águas e nos Proveitos extraordinários.

3.9CUSTOS

CUSTOS em 2017, 2016 e 2015

Rubrica	2017	2016	2015
Custo matérias	0	221	0
	1.015.167		
Fornecimentos e Serviços Externos		899.974	877.894
Custos com Pessoal	1.227.810	1.119.093	1.121.925
Transferências e Benefícios concedidos	680.873	618.149	581.878
Amortizações do Exercício	889.205	934.396	933.291
Provisões do Exercício	0	111.393	0
Outros Custos e Perdas Operacionais	16.017	15.504	10.968
Custos e Perdas Financeiras	25.247	24.604	33.904
Custos e Perdas Extraordinários	76.037	69.833	59.785
Totais	3.930.360	3.793.167	3.619.645
Evolução custos	3,6%	5%	

Os custos estão bem suportados e com a indicação de todo o processo de contabilização e justificação da aquisição da despesa.

Verificámos os custos de pessoal e não temos nada assinalar.

As amortizações do exercício são as esperadas.

4. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2016 e da proposta de aplicação dos resultados do ano.

Os resultados de 2017 atingem 379 mil euros.

No fim de 2017, o património da autarquia, conta 51, cobre 32,7% do ativo líquido, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

5. Outras informações

Solicitámos e obtivemos a Declaração do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o Relatório e Conta de Gerência, o qual satisfaz os requisitos legais, e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício e os mapas da execução orçamental.

Lisboa, 20 de abril de 2018

